



1º SIMULADO

Procurador PGE GO

Simulado PGE-GO

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso para Procurador da PGE-GO;
- 2 – A prova contém **100 questões** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com questões A, B, C, D e E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-PGE-GO-25-09-21>

- | | | | | |
|----------------|----------------|----------------|----------------|-----------------|
| 01 - A B C D E | 21 - A B C D E | 41 - A B C D E | 61 - A B C D E | 81 - A B C D E |
| 02 - A B C D E | 22 - A B C D E | 42 - A B C D E | 62 - A B C D E | 82 - A B C D E |
| 03 - A B C D E | 23 - A B C D E | 43 - A B C D E | 63 - A B C D E | 83 - A B C D E |
| 04 - A B C D E | 24 - A B C D E | 44 - A B C D E | 64 - A B C D E | 84 - A B C D E |
| 05 - A B C D E | 25 - A B C D E | 45 - A B C D E | 65 - A B C D E | 85 - A B C D E |
| 06 - A B C D E | 26 - A B C D E | 46 - A B C D E | 66 - A B C D E | 86 - A B C D E |
| 07 - A B C D E | 27 - A B C D E | 47 - A B C D E | 67 - A B C D E | 87 - A B C D E |
| 08 - A B C D E | 28 - A B C D E | 48 - A B C D E | 68 - A B C D E | 88 - A B C D E |
| 09 - A B C D E | 29 - A B C D E | 49 - A B C D E | 69 - A B C D E | 89 - A B C D E |
| 10 - A B C D E | 30 - A B C D E | 50 - A B C D E | 70 - A B C D E | 90 - A B C D E |
| 11 - A B C D E | 31 - A B C D E | 51 - A B C D E | 71 - A B C D E | 91 - A B C D E |
| 12 - A B C D E | 32 - A B C D E | 52 - A B C D E | 72 - A B C D E | 92 - A B C D E |
| 13 - A B C D E | 33 - A B C D E | 53 - A B C D E | 73 - A B C D E | 93 - A B C D E |
| 14 - A B C D E | 34 - A B C D E | 54 - A B C D E | 74 - A B C D E | 94 - A B C D E |
| 15 - A B C D E | 35 - A B C D E | 55 - A B C D E | 75 - A B C D E | 95 - A B C D E |
| 16 - A B C D E | 36 - A B C D E | 56 - A B C D E | 76 - A B C D E | 96 - A B C D E |
| 17 - A B C D E | 37 - A B C D E | 57 - A B C D E | 77 - A B C D E | 97 - A B C D E |
| 18 - A B C D E | 38 - A B C D E | 58 - A B C D E | 78 - A B C D E | 98 - A B C D E |
| 19 - A B C D E | 39 - A B C D E | 59 - A B C D E | 79 - A B C D E | 99 - A B C D E |
| 20 - A B C D E | 40 - A B C D E | 60 - A B C D E | 80 - A B C D E | 100 - A B C D E |

DIREITO CONSTITUCIONAL

Marcel Torres

01. A CF/88 estabelece que “a lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.”

Acerca da legitimidade para propositura de ações que discutam danos ao erário, é correto afirmar que:

- a) O Município prejudicado não é legitimado para a execução de crédito decorrente de multa aplicada por Tribunal de Contas estadual a agente público municipal, em razão de danos causados ao erário municipal.
- b) Os estados têm legitimidade ativa para a execução de multas aplicadas, por Tribunais de Contas estaduais, em face de agentes públicos municipais, que, por seus atos, tenham causado prejuízos a municípios.
- c) Se a multa aplicada pelo Tribunal de Contas do Estado decorre da prática de atos que causaram prejuízo ao erário municipal, o legitimado ativo para a execução do crédito fiscal é o município lesado.
- d) Se a multa aplicada pelo Tribunal de Contas do Estado decorre da prática de atos que causaram prejuízo ao erário municipal, são legitimados ativos para a execução do crédito fiscal tanto o estado quanto o município respectivo.
- e) Se a multa aplicada pelo Tribunal de Contas do Estado decorre da prática de atos que causaram prejuízo ao erário municipal, decorrente de ato praticado por agente estadual, o legitimado ativo para a execução do crédito fiscal é o estado.

02. A CF/88 assevera que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Quanto ao tema, assinale a alternativa correta.

- a) É inconstitucional a legislação estadual que, flexibilizando exigência legal para o desenvolvimento de atividade potencialmente poluidora, cria modalidade mais simplificada de licenciamento ambiental.
- b) Incumbe ao Poder Público, exigir, conforme decreto regulamentar, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.
- c) Considerada a predominância do interesse, a regulação sobre a expedição de licenças ambientais específicas de empreendimentos potencialmente poluidores se situa no âmbito de competência dos Estados para a edição de normas gerais de proteção ao meio ambiente.
- d) Incumbe ao Poder Público, definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a criação, alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.
- e) O Poder Público não tem competência para preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético.

03. Acerca da competência legislativa, segundo a Jurisprudência do STF, é correto afirmar:

- a) É constitucional lei estadual que estabelece que o condutor não pode sofrer qualquer restrição administrativa ao seu direito de dirigir enquanto não houvesse decisão definitiva, em sede administrativa ou judicial, sempre que a infração pudesse resultar na suspensão ou na cassação da CNH.
- b) É inconstitucional lei estadual que verse sobre a responsabilidade de terceiros por infrações de forma diversa das regras gerais estabelecidas pelo Código Tributário Nacional.
- c) É constitucional norma de constituição estadual que disponha sobre o depósito de lixo atômico e a instalação de usinas nucleares.
- d) É inconstitucional lei estadual que proíbe ligações de telemarketing para oferecimento de empréstimo a aposentados e pensionistas.
- e) É constitucional lei estadual que proíbe a suspensão de planos de saúde em razão do inadimplemento durante a pandemia.

04. Julgue os itens a seguir conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

- I. É inconstitucional a legislação estadual que estabelece a redução obrigatória das mensalidades da rede privada de ensino durante a vigência das medidas restritivas para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo Coronavírus.
- II. Normas estaduais que disponham sobre obrigações destinadas às empresas de telecomunicações, relativamente à oferta de produtos e serviços, incluem-se na competência concorrente dos estados para legislarem sobre direitos do consumidor.
- III. Não invade a competência da União para o estabelecimento de normas gerais sobre consumo e desporto a autorização e regulamentação, por estado-membro, da venda e do consumo de bebidas alcoólicas em eventos esportivos.

Estão corretas, apenas:

- a) I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) Todas os itens.

05. Julgue os itens a seguir conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

- I. É inconstitucional legislação estadual que proíbe toda e qualquer atividade de comunicação comercial dirigida às crianças nos estabelecimentos de educação básica.
- II. Não se admite controle concentrado de constitucionalidade de leis ou atos normativos municipais em face da lei orgânica respectiva.
- III. Governador de estado afastado cautelarmente de suas funções por força do recebimento de denúncia por crime comum não tem legitimidade ativa para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade.

Estão corretas, apenas:

- a) I.
 - b) I e II.
 - c) I e III.
 - d) II e III.
 - e) Todas os itens.
-

06. Segundo a CF/88, “*É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão*”. O direito a proteção especial abrangerá os seguintes aspectos, **exceto**:

- a) garantia de direitos previdenciários e trabalhistas.
- b) garantia de acesso do trabalhador adolescente e jovem à escola
- c) idade mínima de doze anos para admissão ao trabalho.
- d) garantia de pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, igualdade na relação processual e defesa técnica por profissional habilitado, segundo dispuser a legislação tutelar específica.
- e) obediência aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa da liberdade.

07. Acerca dos direitos garantidos aos índios, julgue os itens a seguir:

- I. São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.
- II. As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua propriedade permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.
- III. Os direitos sobre as terras destinadas aos índios são imprescritíveis e indisponíveis, mas alienáveis, desde que mediante lei complementar aprovada pelo Congresso Nacional.

Estão corretos os itens:

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e III.
- e) Todos os itens estão corretos.

08. Acerca dos direitos garantidos aos índios, julgue os itens a seguir:

- I. É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, nos termos do decreto presidencial, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.
- II. São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras reservadas aos índios, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé.
- III. Não se aplica às terras indígenas as regras referentes à promoção e estímulo da atividade garimpeira, por meio de cooperativas, prevista na CF/88.

Estão corretos os itens:

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e III.
- e) Todos os itens estão corretos.

09. Acerca da organização do Estado e dos serviços públicos, assinale a alternativa correta:

- a) É vedado à União, direta ou indiretamente, assumir, em decorrência da criação de Estado, encargos referentes a despesas com pessoal inativo e com encargos e amortizações da dívida interna ou externa da administração pública, exceto quanto à indireta.
- b) Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter público, por delegação do Poder Público.
- c) O Estado responde, subjetivamente, pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem dano a terceiros, assentado o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa.
- d) Lei estadual estabelecerá normas gerais para fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro.
- e) O ingresso na atividade notarial e de registro depende de concurso público de provas e títulos, não se permitindo que qualquer serventia fique vaga, sem abertura de concurso de provimento ou de remoção, por mais de seis meses.

10. Conforme a CF/88, cabe à lei complementar, exceto:

- a) dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- b) estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas.
- c) estabelecer critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência.
- d) instituir empréstimos compulsórios para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência.

e) instituir contribuições para custeio de regime próprio de previdência social, cobradas dos servidores ativos, dos aposentados e dos pensionistas, que poderão ter alíquotas progressivas de acordo com o valor da base de contribuição ou dos proventos de aposentadoria e de pensões.

11. Analise os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

- I. A criação de imunidade tributária é matéria típica do texto constitucional, enquanto a de isenção é versada na lei ordinária, razão pela qual não há invasão da área reservada à emenda constitucional quando a lei ordinária cria isenção.
- II. Decisão que declara indevida a cobrança do imposto em determinado exercício não faz coisa julgada em relação aos posteriores.
- III. Promovido aumento indireto do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS por meio da revogação de benefício fiscal, surge o dever de observância ao princípio da anterioridade, geral e nonagesimal, constante da CF/88.

Estão corretos os itens:

- a) I.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) III.
- e) Todos os itens.

12. Analise os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

I. Não implica disposição de competência legal a delegação pelo presidente da República do ato de expulsão de estrangeiro, sendo válido o decreto de expulsão de estrangeiro subscrito pelo ministro de Estado da Justiça por delegação do presidente da República.

II. É proibida a expulsão caso o estrangeiro tenha filho brasileiro e ele esteja sob a sua guarda ou dependência econômica ou socioafetiva, mesmo que isso tenha ocorrido após o fato ensejador do ato expulsório.

III. Ao Poder Judiciário é dado examinar conveniência e oportunidade do ato de expulsão.

Estão corretas apenas os itens:

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e II.
- e) II e III.

13. Analise as seguintes normas constitucionais:

I. A imunidade formal prevista na Constituição Federal para o Presidente da República tem por finalidade tutelar o regular exercício dos cargos de Presidente da República e de Ministro de Estado, razão pela qual não é extensível a codenunciados que não se encontram investidos em tais funções.

II. O oferecimento de denúncia por qualquer cidadão imputando crime de responsabilidade ao presidente da República não pode ser objeto de recurso caso tenha negado seguimento, por ser matéria *interna corporis*.

III. A competência do presidente da câmara dos deputados para a análise liminar das denúncias de impeachment se reduz à verificação das formalidades extrínsecas e da legitimidade de denunciadores e denunciados.

Quanto ao grau de eficácia, referidas normas podem ser classificadas como:

Estão corretas apenas os itens:

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e II.
- e) II e III.

14. Acerca da defesa do estado e das instituições democráticas, assinale a alternativa correta:

a) Durante o estado de sítio, admite-se a supressão do direito à liberdade de reunião.

b) Durante o Estado de defesa, admite-se a ocupação e uso temporário de bens e serviços privados, na hipótese de calamidade pública, respondendo a União pelos danos e custos decorrentes.

c) Durante o Estado de defesa, admite-se a intervenção nas empresas de serviços públicos.

d) O tempo de duração do estado de defesa não será superior a trinta dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.

e) Decretado o estado de sítio ou sua prorrogação, o Presidente da República, dentro de vinte e quatro horas, submeterá o ato com a respectiva justificação ao Congresso Nacional, que decidirá por maioria absoluta.

15. Acerca da intervenção, assinale a alternativa correta:

- a) A não quitação de precatórios no prazo legal sujeita o estado ao procedimento de intervenção federal.
- b) A parte interessada na causa pode se dirigir ao STF, com pedido de intervenção federal, para prover a execução de decisão da própria corte ou do tribunal de justiça local.
- c) O procedimento de intervenção reveste-se de caráter político-administrativo e, porque instaurado perante órgão competente do Poder Judiciário, permite a utilização do recurso extraordinário.
- d) Os Municípios situados no âmbito dos Estados-membros não se expõem à possibilidade constitucional de sofrerem intervenção decretada pela União Federal, eis que, relativamente a esses entes municipais, a única pessoa política ativamente legitimada a neles intervir é o Estado-membro.
- e) Cabe exclusivamente ao STF requisição de intervenção para assegurar a execução de decisões da Justiça do Trabalho ou da Justiça Militar, desde que fundadas em direito constitucional.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodolfo Penna

16. Sobre Terceiro Setor, é correto afirmar:

- a) A qualificação como organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP) se dará mediante celebração de contrato de gestão.
- b) Não são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as organizações sociais.
- c) Constituem impedimento à qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público as operações destinadas a microcrédito realizadas com instituições financeiras na forma de recebimento de repasses, venda de operações realizadas ou atuação como mandatárias.

d) O Termo de Colaboração firmado de comum acordo entre o Poder Público e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público discriminará direitos, responsabilidades e obrigações das partes signatárias.

e) Admite-se que as entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público participem em campanhas de interesse político-partidário ou eleitorais.

17. Acerca do Regime Jurídico Administrativo, é correto afirmar:

a) A divulgação de nomes e vencimentos pecuniários de servidores públicos civis em sítio eletrônico da administração pública é expressão do princípio da eficiência.

b) O princípio da impessoalidade objetiva a satisfação do interesse particular.

c) A Administração precisa ser provocada ou recorrer ao Judiciário para reconhecer a nulidade de seus próprios atos.

d) A Súmula Vinculante n^o 13 que proíbe a prática do nepotismo se fundamentou nos princípios da publicidade e da autotutela.

e) A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

18. No que diz respeito à Improbidade Administrativa, assinale a alternativa correta:

- a) A aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa depende da rejeição das contas pelos Tribunais de Contas.
- b) A configuração do ato de improbidade por ofensa a princípio da administração depende da demonstração do chamado dolo específico.
- c) Nas ações de improbidade administrativa, não há litisconsórcio passivo necessário entre o agente público e os terceiros beneficiados com o ato ímprobo.
- d) O agente público que facilitar que terceiro enriqueça ilicitamente estará sujeito a perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos e pagamento de multa civil.
- e) Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a conduta do agente público de ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento.

19. Em relação à Organização Administrativa, assinale a alternativa correta.

- a) Empresa pública que preste serviços públicos detém personalidade jurídica de direito público.
- b) A exploração de atividade econômica pelo Estado será exercida por meio de empresa pública, de autarquia, de sociedade de economia mista e de suas subsidiárias.
- c) A constituição de empresa pública ou de sociedade de economia mista prescinde de prévia autorização legal.
- d) A sociedade de economia mista será constituída sob a forma de sociedade anônima.
- e) É prescindível a autorização legislativa para a alienação do controle acionário de empresas públicas e sociedades de economia.

20. Sobre Licitações, nos termos da Lei 14.133/2021, é correto afirmar:

- a) É dispensável a licitação para a aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos.
- b) É dispensável a licitação para a aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.
- c) É inexigível a licitação nos casos de objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento.
- d) É inexigível a licitação nos casos em que a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- e) É inexigível a licitação para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores.

21. No que diz respeito ao Processo Administrativo Disciplinar, assinale a alternativa correta.

- a) Na esfera administrativa, o proveito econômico auferido pelo servidor é irrelevante para a aplicação da penalidade no processo disciplinar.
 - b) O fato de o acusado estar em licença para tratamento de saúde impede a instauração de processo administrativo disciplinar.
 - c) A administração pública, quando se depara com situação em que a conduta do investigado se amolda às hipóteses de demissão ou de cassação de aposentadoria, dispõe de discricionariedade para aplicar pena menos gravosa.
 - d) A ausência de termo de compromisso de membro de comissão processante implica nulidade do Processo Administrativo Disciplinar.
 - e) A portaria de instauração do processo administrativo disciplinar exige a exposição detalhada dos fatos a serem apurados.
-

22. Acerca dos Servidores Públicos, é correto afirmar

- a) Durante o prazo prorrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.
- b) É vedada a nomeação de servidores não ocupantes de cargo efetivo para cargos em comissão com atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- c) A proibição de acumular cargos públicos, não se estende a empregos das empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias.
- d) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- e) O servidor público investido no mandato de vereador será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

23. Assinale a alternativa correta em relação aos Poderes Administrativos.

- a) O poder discricionário atribuído à Administração pública no desempenho de suas funções pode abranger a faculdade de revogação dos atos administrativos praticados com vício de legalidade e inconveniência.
- b) O poder hierárquico pressupõe a faculdade de avocar e delegar atribuições, seja qual for a matéria envolvida.
- c) O poder hierárquico explica a relação de controle que existe entre um ente da Administração Indireta e o órgão da Administração Direta responsável pela sua supervisão.
- d) A edição de decreto autônomo que implique extinção de órgãos públicos, é competência privativa do Presidente da República, podendo esta ser delegada.
- e) A atribuição concedida ao administrador para organizar e distribuir as funções de seus órgãos de maneira vertical, estabelecendo uma relação de subordinação, decorre do poder hierárquico.

24. Nos termos da Lei Complementar 144 de 2018 do Estado de Goiás que Institui a Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual (CCMA), e correto afirmar:

- a) Em sede de processos administrativos, o Estado não poderá firmar negócio jurídico-processual atípico.
- b) Não serão permitidas em juízo arbitral decisões liminares em face da Administração Pública.
- c) Os Procuradores do Estado que funcionarem como conciliador, mediador ou árbitro ficam impedidos, pelo prazo de 2 anos, contado do último ato, de assessorar, orientar, representar ou patrocinar a Fazenda Pública em face das mesmas partes que se submeteram à atuação da CCMA.
- d) A Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual (CCMA) não tem competência para promover, quando cabível, a celebração de termo de ajustamento de conduta.
- e) A Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual (CCMA) não tem competência dirimir conflitos envolvendo os órgãos e as entidades da Administração Pública do Estado de Goiás.

25. Sobre Atos Administrativos, assinale a alternativa correta.

- a) O ato administrativo, à luz da teoria dos motivos determinantes, não se vincula à motivação se esta, conquanto exposta pelo administrador público que o pratica, não era obrigatória.
- b) O Poder Judiciário poderá revogar atos administrativos ao realizar o controle dos atos administrativos discricionários.
- c) Os atos vinculados não pressupõem, para sua edição, juízo de conveniência e oportunidade.
- d) Cabe à Administração Pública revogar o ato administrativo, diante da constatação de ilegalidade.
- e) A competência é um elemento vinculado ou discricionário do ato administrativo.

26. Nos termos da jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa incorreta:

- a) Pessoa jurídica de direito público tem direito à indenização por danos morais relacionados à violação da honra ou da imagem, quando a credibilidade institucional for fortemente agredida e o dano reflexo sobre os demais jurisdicionados em geral for evidente.
- b) Não implica nulidade do processo administrativo, decorrente da inobservância do direito à não autoincriminação, quando a testemunha, até então não envolvida, noticia elementos que trazem para si responsabilidade pelos episódios em investigação.
- c) O estabelecimento de critérios de classificação para a escolha de licitantes em credenciamento é ilegal.
- d) São inconstitucionais as restrições ao exercício da advocacia aos servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público.
- e) Os Tribunais de Contas estão sujeitos ao prazo de 5 anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas.

27. No que diz respeito a disciplina dos Serviços Públicos, é correto afirmar:

- a) O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente, mediante processo administrativo instaurado especialmente para esse fim.
- b) A prorrogação do contrato administrativo de concessão de serviços públicos não se insere no campo da discricionariedade da Administração Pública, podendo a concessionária invocar direito líquido e certo a tal prorrogação.
- c) Não se aplica o Código de Defesa do Consumidor na relação entre concessionária de serviço público e o usuário final dos serviços públicos essenciais, tais como energia elétrica.

d) A interrupção do serviço público, por inadimplemento do usuário, após prévio aviso não poderá iniciar-se na sexta-feira.

e) É vedado à concessionária de serviço público contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, bem como a implementação de projetos associados.

28. Segundo a Lei n° 13.800/2001, que regula o processo administrativo no âmbito do Estado de Goiás, é correto afirmar:

- a) Concluída a instrução de processo administrativo, a Administração tem o prazo de até trinta dias para decidir, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada.
 - b) O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de 48 horas, o encaminhará à autoridade superior.
 - c) O recurso administrativo tramitará no máximo por duas instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa.
 - d) Salvo disposição legal específica, é de cinco dias o prazo para oposição de recurso administrativo, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.
 - e) Salvo disposição legal em contrário, o recurso tem efeito suspensivo.
-

29. Sobre a Responsabilidade Civil do Estado, assinale a alternativa correta.

- a) A demora injustificada da Administração em analisar o pedido de aposentadoria do servidor público não gera o dever de indenizá-lo.
- b) O Estado possui responsabilidade civil indireta pelos danos que notários e oficiais de registro, no exercício de serviço público por delegação, causem a terceiros.
- c) São prescritíveis as ações indenizatórias por danos morais e materiais decorrentes de atos de perseguição política com violação de direitos fundamentais ocorridos durante o regime militar.
- d) A pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público não possui responsabilidade civil em razão de dano decorrente de crime de furto praticado em suas dependências.
- e) Não se caracteriza a responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, quando não demonstrado o nexo causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada.

30. Acerca do instituto da Desapropriação, assinale a alternativa correta.

- a) Admite-se a retrocessão do imóvel desapropriado para implantação de parcelamento popular, destinado às classes de menor renda.
- b) A declaração de utilidade pública far-se-á por ato do Poder Executivo ou do Poder Legislativo.
- c) O Poder Legislativo poderá tomar a iniciativa da desapropriação, cumprindo, neste caso, ao Executivo, praticar os atos necessários à sua efetivação.
- d) Cabe ao Poder Judiciário decidir, no processo de desapropriação, se se verificam ou não os casos de utilidade pública.
- e) A desapropriação por utilidade pública deverá efetivar-se mediante acordo ou intentar-se judicialmente, dentro de dois anos, contados da data da expedição do respectivo decreto e findos os quais este caducará.

31. No que diz respeito às Parcerias Público Privadas, é correto afirmar:

- a) Concessão administrativa é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.
- b) A contratação de parceria público-privada será precedida de licitação na modalidade concorrência ou diálogo competitivo.
- c) As concessões patrocinadas em que mais de 60% (sessenta por cento) da remuneração do parceiro privado for paga pela Administração Pública dependerão de autorização legislativa específica.
- d) A licitação para contratação de parceiro público-privado não poderá prever o emprego dos mecanismos privados de resolução de disputas.
- e) É permitida a celebração de contrato de parceria público-privada que tenha como objeto único a execução de obra pública.

32. Segundo a Lei 14.133/2021, é nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento, assim entendidos aqueles de valor não superior a:

- a) R\$ 10.000 (dez mil reais);
 - b) R\$ 8.000 (oito mil reais);
 - c) R\$ 15.000 (quinze mil reais);
 - d) R\$ 4.000 (quatro reais);
 - e) R\$ 20.000 (vinte mil reais).
-

33. Assinale a alternativa em relação ao Controle da Administração Pública.

- a) É constitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.
- b) É da competência exclusiva do Congresso Nacional, fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, excluídos os da administração indireta.
- c) Compete privativamente ao Senado Federal sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.
- d) Compete privativamente à Câmara dos Deputados julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo.
- e) O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.

34. Nos termos da Lei 20.756/2020 que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Estado de Goiás, é correto afirmar:

- a) O direito de petição na esfera administrativa, quanto aos atos de demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e aos referentes a matéria patrimonial, prescreverá em 2 anos.
- b) O pedido de reconsideração não interrompe a prescrição.
- c) É imprescindível que o requerimento inicial do servidor esteja acompanhado dos elementos comprobatórios do direito pleiteado.
- d) O direito de requerer será exercido perante a autoridade competente em razão da matéria e sempre por intermédio daquela a que estiver imediatamente subordinado o servidor.
- e) A interposição de recurso não interrompe a prescrição.

35. Acerca do regime jurídico dos servidores públicos civis do Estado de Goiás, segundo a Lei 20.756/2020, é correto afirmar:

- a) A penalidade de suspensão, que não excederá a 60 (sessenta) dias, será aplicada em caso de transgressão disciplinar de natureza média ou de reincidência em quaisquer das infrações disciplinares de natureza leve.
- b) A cassação de aposentadoria é a penalidade pela prática de transgressão disciplinar grave punível com suspensão cometida pelo servidor quando em atividade.
- c) A prescrição verifica-se em 6 (seis) anos, quanto às infrações puníveis com demissão, destituição de cargo em comissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade.
- d) A aplicação de penalidade por transgressão disciplinar afasta eventual ação penal ou civil.
- e) A prescrição verifica-se em 2 (dois) anos, quanto às infrações puníveis com advertência, suspensão e multa.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Michael de Jesus

36. Assinale a alternativa correta:

- a) De acordo com o Código Tributário Nacional, tributo é toda prestação pecuniária, ou in natura que se possa exprimir em moeda, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada;
- b) Há incidência de IPTU sobre imóvel localizado em zona urbana, mesmo quando comprovadamente seja utilizado para exploração agrícola.
- c) Para o Superior Tribunal de Justiça, a compensação de créditos tributários não pode ser deferida por medida liminar
- d) Para o Supremo Tribunal Federal o fornecimento de água tratada à população por empresas concessionárias, permissionárias ou autorizadas caracteriza uma operação de circulação de mercadoria;
- e) Em razão das taxas se orientarem por um critério de contraprestação pelo serviço público prestado ou colocado à disposição, o Supremo Tribunal Federal entendeu que não é possível haver influência do princípio da capacidade contributiva do sujeito passivo nesses casos já que o tributo serve para custear aquele serviço público, sendo irrelevante a capacidade contributiva do sujeito passivo desta relação tributária.

37. A partir das afirmativas abaixo, assinale a alternativa correta:

- I - A taxa e o preço público podem ser instituídos, cobrados e fiscalizados por empresa pública que passe a ser a titular daquele serviço prestado.
 - II - As limitações ao poder de tributar estão regulamentadas na Constituição Federal, devendo as demais fontes normativas restarem em harmonia com os dispositivos constitucionais limitadores.
 - III - Para o Superior Tribunal de Justiça o alienante possui legitimidade passiva para figurar em ação de execução fiscal de débitos constituídos em momento anterior à alienação voluntária de imóvel.
- a) Apenas a alternativa II está correta;
 - b) Apenas a alternativa III está correta;
 - c) Estão corretas as alternativas II e III;
 - d) Estão corretas as alternativas I e II;
 - e) Todas as alternativas estão corretas

38. A partir das afirmativas abaixo, assinale a alternativa correta:

- I - São características da competência tributária a privatividade, a indelegabilidade e a facultatividade.
 - II - A redução da base de cálculo do ICMS equivale à isenção parcial, o que acarreta a anulação proporcional de crédito relativo às operações anteriores, salvo disposição em lei estadual em sentido contrário.
 - III - Os juros moratórios, na repetição do indébito tributário, são devidos a partir do trânsito em julgado da sentença
- a) As três afirmativas estão corretas;
 - b) Apenas uma das afirmativas acima está correta;
 - c) Apenas uma da afirmativa acima está errada;
 - d) Todas as afirmativas são erradas;
 - e) Nenhuma das alternativas anteriores

39. Sobre a majoração de tributo por meio de medida provisória, assinale a alternativa correta.

- a) Não é possível majorar tributo por meio de medida provisória;
- b) Medida provisória que aumente qualquer imposto, em razão da relevância e urgência, produzirá efeitos imediatamente.
- c) Para o Supremo Tribunal Federal, medida provisória que majora qualquer espécie tributária tem como o seu termo inicial para contagem do prazo da anterioridade nonagesimal o momento da sua edição.
- d) o termo inicial do prazo da anterioridade anual é a data da conversão em lei da medida provisória, quando o objeto desta for a instituição ou majoração de qualquer espécie tributária que não os impostos.
- e) Em qualquer caso, o termo inicial é a edição da medida provisória, nos casos em que a instituição e majoração do tributo for realizada no curso do processo legislativo.

40. Assinale a alternativa correta

- a) Para o Supremo Tribunal Federal é possível o pagamento de tributo *in natura* ou *in labore* desde que seja possível exprimir seu valor em moeda;
- b) Os tributos em regra possuem natureza fiscal e, excepcionalmente, pode possuir natureza punitiva;
- c) Nosso sistema jurídico tributário, sendo entendimento do Supremo Tribunal Federal, adotou o princípio do *non olet*;
- d) a cobrança tributária deverá sempre acontecer de maneira discricionária;
- e) Para o STF o princípio da capacidade contributiva não se estende as taxas e aos impostos reais;

41. Sobre o ITBI é correto afirmar:

- a) Incide sobre a transmissão gratuita ou onerosa de bens imóveis.
- b) De acordo com o CTN, o contribuinte do ITBI é o comprador do imóvel.

- c) Para o STJ, caso de imóvel arrematado em processo judicial, o cálculo do ITBI deve ser feito com base no valor da avaliação judicial.
- d) A transmissão apta a ensejar a incidência do ITBI pode ser ainda de direitos reais sobre bens imóveis, incluindo os de garantia.
- e) Para o STF a imunidade do ITBI não alcança valor de bens que exceder o limite do capital social a ser integralizado.

42. De acordo com a Lei estadual do Estado de Goiás sobre arrolamento de bens, assinale a alternativa correta:

- a) A lei de arrolamento de bens se aplica aos contribuintes em débito com a Fazenda Pública Estadual e, em situações excepcionais, aos devedores de tributos municipais;
- b) O arrolamento de bens só pode acontecer em reação a débitos inscritos em dívida ativa;
- c) Só cabe arrolamento diante de débitos igual ou superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- d) Da notificação do arrolamento, o sujeito passivo ficará obrigado a no prazo de 5 (cinco) dias úteis comunicar à secretaria da Fazenda toda e qualquer alienação, oneração ou transferência dos bens e direitos arrolados, prazo esse que terá seu início a partir de qualquer das ocorrências mencionadas.
- e) A obrigatoriedade de prestar informações no procedimento de arrolamento perdurará até mesmo após a extinção do crédito tributário

43. De acordo com o Código Tributário do estado de Goiás, qual dos tributos abaixo não faz parte do rol de tributos estaduais:

- a) Impostos;
- b) Taxas;
- c) Contribuição de melhoria;
- d) Contribuição Previdenciária;
- e) Impostos supletivos

44. De acordo com a lei de processo administrativo tributário do Estado de Goiás, compete do Conselho Administrativo Tributário - CAT - apreciar

- a) O processo de Consulta;
- b) O processo de restituição
- c) O processo de exclusão de ofício optante do Simples Nacional;
- d) O processo administrativo de IPVA;
- e) O processo administrativo tributário residual.

45. De acordo com o decreto 4.852/1997 do estado de Goiás, não constitui fato gerador do ICMS:

- a) Prestação de serviço de transporte interestadual e intermunicipal, por qualquer via, de pessoa, bem, mercadoria ou valor;
- b) Prestação onerosa de serviço de comunicação, por qualquer meio
- c) Saída de mercadoria ou de sua resultante, em retorno ao estabelecimento que a tenha destinado para industrialização ou outro tratamento;
- d) Entrada no território goiano, de mercadoria ou bem oriundo de outro Estado, ainda que o imposto não tenha sido cobrado na origem;
- e) O fornecimento de mercadoria, mesmo que acompanhada com prestação de serviço cuja tributação deste seja de competência municipal

46. No caso do ISS, é incorreto afirmar:

- a) Para o STF não incide ISS sobre o serviço de locação de bens móveis;
- b) De modo geral, o ISS é devido no local do estabelecimento do prestador ou, na falta de estabelecimento, no local de domicílio do prestador.
- c) Incide ISS e não IPI sobre serviço de manutenção em âmbito industrial sobre produto certo e determinado de propriedade de determinada pessoa.
- d) Não é possível utilizar para base de cálculo do ISS valor correspondente a circulação de mercadoria.
- e) Não deve incidir ISS sobre a exportação de serviços para o exterior.

47. É correto dizer que:

- a) ocorrendo alguma das hipóteses de suspensão do crédito tributário antes do fisco ter efetuado o lançamento tributário, este não poderá mais ocorrer enquanto a suspensão estiver vigente.
- b) Para o STF o ato de concessão de isenção fiscal não é discricionário.
- c) De acordo com o CTN, constitui caso de extinção do crédito tributário a concessão de isenção tributária.
- d) Os créditos contra a Fazenda pública utilizáveis na compensação podem ser tanto os vencidos como os vincendos.
- e) Uma lei que cria determinada anistia tributária atenderá ao que dispõe o CTN se, expressamente, anistiar as infrações cometidas antes e depois de sua edição.

48. De acordo com o direito tributário constitucional, pertencem aos municípios

- a) 50% do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios;
 - b) 50% do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
 - c) 35% do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
 - d) 25% do produto de arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios;
 - e) 35% do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.
-

49. A Constituição Federal, ao disciplinar o regime dos precatórios judiciais, determina que:

- a) É vedada a entrega de créditos em precatórios para compra de imóveis públicos do respectivo ente federativo;
- b) As condenações judiciais de natureza alimentar não estão sujeitas a pagamento por precatório, qualquer que seja o seu valor;
- c) As condenações judiciais em favor de pessoas com mais de sessenta anos não estão sujeitas a pagamento por precatório, qualquer que seja o seu valor;
- d) É vedado o fracionamento do valor do precatório em qualquer hipótese;
- e) O credor poderá ceder, total ou parcialmente, seus créditos em precatórios a terceiros, independentemente da concordância do devedor.

50. Analise as assertivas seguintes sobre tributos, suas espécies e os princípios constitucionais tributários.

I. as contribuições sociais não incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação, mas vão incidir sobre a importação de produtos estrangeiros ou serviços.

II. o imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguros, ou relativas a títulos ou valores mobiliários não incide sobre os saques efetuados em cadernetas de poupança.

III. sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte.

IV. é inadmissível a União conceder incentivos fiscais que não sejam uniformes em todo o território nacional, ainda que destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do País.

Está correto apenas o que se afirma nos itens:

- a) I e II
- b) II e III
- c) I, II e IV
- d) I, III e IV
- e) I, II e III

DIREITO FINANCEIRO

Vanessa Arns

51. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete, exceto:

- a) apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.
- b) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.
- c) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, incluídas nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.
- d) realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, e demais entidades referidas no inciso II.
- e) fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo.

52. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de, exceto:

- a) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do poder judiciário.
- b) comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
- c) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;
- d) apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
- e) os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

53. Dispor sobre normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos é matéria que, dentre outras, compete à Lei

- a) Geral do Orçamento.
- b) do Plano Plurianual.
- c) de Diretrizes Orçamentárias.
- d) do Orçamento Anual.
- e) de Responsabilidade Fiscal.

54. Temos, no conceito de Receita Corrente Líquida (RCL), o somatório de diversas receitas.

Fazem parte do cálculo da RCL, Exceto:

- a) a receita tributária
- b) as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional;
- c) a receita patrimonial;
- d) a receita decorrente de atividades industriais exploradas pelo ente público;
- e) as provenientes das atividades ou explorações agropecuária

55. Sobre o regime jurídicos dos precatórios, assinale a afirmativa correta.

- a) Os precatórios de natureza alimentar têm preferência sobre todos os demais, inclusive sobre qualquer precatório devido aos maiores de sessenta anos.
- b) O pagamento de obrigações definidas em lei como de pequeno valor não se submete ao regime de precatórios.
- c) Os precatórios de natureza alimentar podem ser fracionados para serem pagos como requisição de pequeno valor em casos excepcionais, a exemplo de maiores de 60 anos, desde que portadores de doença grave.
- d) constituem requisição, feita por juiz de primeiro grau, de verba necessária para o pagamento do crédito por motivo de decisão judicial.
- e) O credor não poderá ceder, total ou parcialmente, seus créditos em precatórios a terceiros, independentemente da concordância do devedor.

56. De acordo com o disposto na Constituição Federal, a Lei de Diretrizes Orçamentárias deve contemplar:

- a) De forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes.
- b) Metas relativas aos programas de duração continuada.
- c) Um demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
- d) Dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa.
- e) As diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública.

57. Conforme a Lei federal n. 4.320/1964, o exercício financeiro

- a) compreende um período 360 dias.
- b) tem início no primeiro dia útil do ano civil e termina no último dia útil do ano civil.
- c) compreende um período 180 dias.
- d) coincide com o ano civil.
- e) tem início no primeiro dia útil do semestre e termina no último dia útil do mesmo semestre.

58. A dívida flutuante é aquela contraída pela Administração Pública por um breve e determinado período de tempo. De acordo com a Lei nº 4.320/64, a dívida flutuante:

- a) compreende os restos a pagar, excluídos os serviços de dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria.
- b) será escriturada com individualização e especificações que permitam verificar, a qualquer momento, a posição dos empréstimos, bem como os respectivos serviços de amortização e juros.
- c) é o crédito da Fazenda Pública dessa natureza, proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas
- d) é decorrente decorrentes de obrigações em moeda estrangeira, de subrogação de hipoteca, fiança, aval ou outra garantia, de contratos em geral ou de outras obrigações legais.
- e) abrange valores correspondentes à respectiva atualização monetária, à multa e juros de mora e ao encargo

59. O projeto de lei orçamentária anual deve ser elaborado de forma compatível com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias. Além disso, é correto afirmar que

- a) o refinanciamento da dívida pública não constará da lei orçamentária.
- b) a atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada poderá superar a variação do índice de preços previsto na lei de diretrizes

orçamentárias apenas nos casos em que a amortização seja superior a 60 meses.

- c) a lei orçamentária não consignará dotação para investimento com duração inferior a um exercício financeiro.
- d) todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.
- e) serão incluídas na lei orçamentária as despesas do Banco Central do Brasil relativas a pessoal e encargos sociais, exceto aqueles destinados a benefícios e assistência aos servidores.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

60. Para qualificar os bens e regular as relações a eles concernentes, aplicar-se-á a lei do país em que:

- a) se constituírem;
- b) em regra, estiver domiciliado o seu proprietário;
- c) estiver domiciliado o seu proprietário, quando se tratar de penhor;
- d) em que estiverem situados;
- e) for firmado o contrato, no caso de compra e venda.

61. Em relação ao direito de família, entende o Superior Tribunal de Justiça que:

- a) a separação é requisito para o divórcio;
- b) é possível, na execução de alimentos, a penhora de valores decorrentes do FGTS para o pagamento de prestação alimentícia;
- c) não corre prescrição entre os cônjuges em qualquer caso, ainda que em sua forma aquisitiva;
- d) o pagamento parcial dos alimentos afasta a prisão civil;
- e) o casamento celebrado na vigência do CC/16 não permite a modificação de seu regime após a vigência do CC/02.

62. Marque a opção que corretamente indicar um bem móvel:

- a) os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram;
- b) o direito à sucessão aberta;
- c) as energias que tenham valor econômico;
- d) uma casa;
- e) os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.

63. De acordo com o Código Civil, somente se consideram interessados para requerer a sucessão provisória:

- a) o cônjuge não separado judicialmente;
- b) os herdeiros presumidos, legítimos ou testamentários;
- c) os que tiverem sobre os bens do ausente direito dependente de sua morte;
- d) os credores de obrigações vencidas e não pagas;
- e) o Ministério Público.

64. Em relação à posse, é correto afirmar que:

- a) o locatário tem a posse direta do imóvel e o locador a indireta;
- b) o possuidor de boa-fé não responde pela perda da coisa, ainda que tenha dado causa ao fato;
- c) o possuidor direto não poderá defender a sua posse contra o indireto, quando o último for o proprietário;
- d) o empregado que realiza as entregas no carro da empresa e o guarda diariamente em sua garagem, ainda que por ordem do empregador, terá direito a usucapir o referido bem;
- e) o possuidor de má-fé tem direito aos frutos percebidos durante a posse.

65. Há três tipos de testamentos ordinários previstos no Código Civil: o público, o cerrado e o particular. Em relação ao testamento público, é requisito essencial:

- a) ser escrito por tabelião ou por seu substituto legal em seu livro de notas, de acordo com as declarações do testador, não podendo conter notas ou apontamentos;
- b) lavrado o instrumento, ser lido em voz alta pelo tabelião ao testador e a duas testemunhas, a um só tempo; ou pelo testador, se o quiser, na presença destas e do oficial;
- c) que o testador o entregue ao tabelião em presença de duas testemunhas;
- d) que o auto de aprovação seja assinado pelo tabelião, pelas testemunhas e pelo testador;
- e) que o testador declare que aquele é o seu testamento e quer que seja aprovado.

66. Assinale a alternativa que completa a frase conforme o entendimento do Superior Tribunal de Justiça.

É válida a cláusula prevista em contrato de seguro-saúde que autoriza o aumento das mensalidades do seguro quando o usuário completar 60 anos de idade. Caso seja verificada que o aumento da mensalidade não respeitou os limites e requisitos estabelecidos na Lei nº 9.656/98, o beneficiário poderá ajuizar ação para declarar a nulidade da referida cláusula no prazo:

- a) decadencial de cinco anos para reaver o valor pago em excesso;
- b) prescricional de cinco anos para reaver o valor pago em excesso;
- c) prescricional de cinco anos para reaver todas as mensalidades pagas;
- d) prescricional de vinte anos se o contrato vigente tiver sido firmado antes da vigência do Código Civil de 2002;
- e) prescricional de dez anos, já que não há prazo específico previsto na lei.

67. O exercício incontestado e contínuo de uma servidão aparente, por dez anos, autoriza o interessado a registrá-la em seu nome no Registro de Imóveis, valendo-lhe como título a sentença que julgar consumado a usucapião. Em relação a esse instituto, é correto afirmar que:

- a) a inexistência de título pelo possuidor não impacta no prazo de dez anos indicado no enunciado;
- b) o dono do prédio serviente poderá embaraçar o exercício legítimo da servidão;
- c) a servidão, uma vez registrada, só se extingue, com respeito a terceiros, quando cancelada, inclusive nas desapropriações;
- d) a abertura de nova via é apta a negar reintegração de servidão de passagem extinta;
- e) também se extingue a servidão, ficando ao dono do prédio serviente a faculdade de fazê-la cancelar, mediante a prova da extinção, pelo não uso, durante cinco anos contínuos.

68. Marcos é devedor da Empresa X em razão de contrato de prestação de serviços em que se prevê pagamento mensal. Passados alguns meses de regular prestação de serviços e pagamentos, Marcos começa a perceber dificuldades em concretizar o pagamento por razões alheias a sua vontade e, assim, é orientado por um amigo advogado a realizar o pagamento em consignação. Considerando esse caso concreto, não terá lugar a consignação:

- a) se a Empresa X não puder, ou, sem justa causa, recusar receber o pagamento, ou dar quitação na devida forma;
- b) se a Empresa X não for, nem mandar receber a coisa no lugar, tempo e condição devidos;
- c) se Marcos alegar dúvida sobre quem deva legitimamente receber o objeto do pagamento;
- d) se pender litígio sobre o objeto do pagamento;
- e) se a Empresa X for desconhecida e tiver sede em endereço incerto.

69. Na solidariedade ativa, quando a obrigação for indivisível o herdeiro de um credor falecido:

- a) pode exigir para si, sozinho, o cumprimento da obrigação por inteiro;
- b) pode exigir para si, sozinho, apenas a quota parte que lhe caberia se a obrigação fosse divisível;
- c) não pode exigir para si, sozinho, o cumprimento da obrigação por inteiro;
- d) não pode exigir o cumprimento da obrigação de qualquer forma;
- e) apenas poderá exigir o cumprimento da obrigação depois que os demais credores, não falecidos, tiverem o seu crédito satisfeito.

DIREITO AMBIENTAL

Thiago Leite

70. “Deve haver uma harmonização entre crescimento econômico, justiça social e proteção do meio ambiente”;

“A geração atual deve cuidar para que as gerações futuras tenham as condições para o pleno desenvolvimento”;

“Deve ser observado pelo Poder Público, pela sociedade civil organizada e pelo mercado”.

Estas afirmações referem-se a que princípio?

- a) Ubiquidade.
- b) Desenvolvimento sustentável.
- c) Transparência.
- d) Acesso equitativo aos recursos naturais.
- e) Usuário pagador.

71. Um empreendedor busca o licenciamento ambiental de uma atividade a ser realizada dentro da Área de Preservação Ambiental da Serra da Jibóia, APA esta instituída pelo Estado de Goiás no ano de 2000. A atividade tem potencial de causar repercussão ambiental apenas no Município de Nazário. A competência para referido licenciamento será:

- a) Do Estado de Goiás, já que é o ente criador da unidade de conservação.
- b) Da União, já que licenciamento ambiental em unidade de conservação é competência da União.
- c) Da União e do Estado de Goiás, conjuntamente.
- d) Do Município de Nazário, já que o potencial de dano é local.
- e) Dos Municípios que compõe a Unidade de Conservação, em conjunto.

72. Um imóvel rural localizado no extremo sul do Estado de Goiás deve manter área com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal, no percentual mínimo de:

- a) 80%
- b) 35%
- c) 25%
- d) 50%
- e) 20%

73. Assinale a unidade de conservação que integra o grupo de uso sustentável:

- a) Refúgio de Vida Silvestre.
- b) Parque Nacional.
- c) Estação Ecológica
- d) Floresta Nacional.
- e) Reserva Biológica.

74. Sobre o SISNAMA, assinale a alternativa correta:

- a) Os órgãos seccionais são os órgãos ou entidades estaduais responsáveis pela execução de programas, projetos e pelo controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental.
- b) O órgão central é o Conselho de Governo.
- c) O órgão superior é o Conselho Nacional do Meio Ambiente.
- d) O órgão local é o IBAMA.
- e) O órgão consultivo e deliberativo é o Ministério do Meio ambiente.

DIREITO DO TRABALHO

Lucas Pessoa

75. No estudo das fontes e princípios do Direito do Trabalho,

- a) a CLT relaciona expressamente a jurisprudência como fonte supletiva, a ser utilizada pelas autoridades administrativas e pela Justiça do Trabalho em caso de omissão da norma positivada.
- b) o direito comum será fonte primária e concorrente com o direito do trabalho quando houver alguma omissão da legislação trabalhista, conforme norma expressa da CLT.
- c) a sentença normativa não é considerada fonte formal do direito do trabalho porque é produzida em dissídio coletivo e atinge apenas as categorias envolvidas no conflito.
- d) o princípio da aplicação da norma mais favorável aplica-se no direito do trabalho para garantia dos empregos, razão pela qual, independente de sua posição hierárquica, deve ser aplicada a norma mais conveniente aos interesses da empresa.
- e) o princípio da primazia da realidade do direito do trabalho estabelece que os aspectos formais prevalecem sobre a realidade, ou seja, a verdade formal se sobrepõe à verdade real.

76. Em relação às parcelas que compõem a remuneração e o salário,

a) o transporte concedido pelo empregador para o deslocamento do empregado de sua residência ao trabalho, e vice-versa, configura salário utilidade quando haja transporte público servindo o mesmo percurso.

b) o transporte concedido pelo empregador para o deslocamento do empregado de sua residência ao trabalho, e vice-versa, não configura salário utilidade, ainda quando haja transporte público servindo o mesmo percurso.

c) a habitação concedida pelo empregador como condição necessária para a execução do contrato detém natureza salarial.

d) as gorjetas, espontaneamente concedidas pelos clientes ou cobradas aos clientes como adicional nas contas, a qualquer título, e destinadas à distribuição aos empregados, não integram o salário do empregado, embora devam ser consideradas para o cálculo das horas extras eventualmente prestadas.

e) as gorjetas, espontaneamente concedidas pelos clientes ou cobradas aos clientes como adicional nas contas, a qualquer título, e destinadas à distribuição aos empregados, integram o salário do empregado, devendo ser consideradas para o cálculo das horas extras eventualmente prestadas.

77. A respeito do instituto do aviso prévio, no âmbito do Direito do Trabalho, assinale a alternativa correta.

a) O período de aviso prévio de 30 dias será acrescido de três dias por ano de serviço trabalhado na mesma empresa até o máximo de 60 dias, perfazendo um total de até 90 dias.

b) O período de aviso prévio de 30 dias será acrescido de três dias por ano ou fração igual ou superior a seis meses de trabalho na mesma empresa até o limite total de 60 dias.

c) O período de aviso prévio de 30 dias será acrescido de três dias por ano de serviço trabalhado na mesma empresa até o limite total de 60 dias.

d) O período de aviso prévio de 30 dias será acrescido de três dias por ano ou fração igual ou superior a seis meses de trabalho na mesma empresa até o limite total de 90 dias.

e) Inexiste na lei critério de proporcionalidade entre o tempo de serviço prestado e o período de aviso prévio em nosso ordenamento jurídico.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Felipe Cavalcante

78. Assinale a alternativa que não se aplica aos regimes próprios de previdência social:

a) O equilíbrio financeiro e atuarial do regime próprio de previdência social deverá ser comprovado por meio de garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das despesas projetadas, apuradas atuarialmente, que, juntamente com os bens, direitos e ativos vinculados, comparados às obrigações assumidas, evidenciem a solvência e a liquidez do plano de benefícios.

b) Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão estabelecer alíquota inferior à da contribuição dos servidores da União, exceto se demonstrado que o respectivo regime próprio de previdência social não possui deficit atuarial a ser equacionado, hipótese em que a alíquota não poderá ser inferior às alíquotas aplicáveis ao Regime Geral de Previdência Social.

c) Por meio de lei, o Estado, Distrito Federal ou Município poderá instituir contribuição extraordinária, pelo prazo máximo de 20 (vinte) anos, para custeio do respectivo regime próprio de previdência dos servidores.

d) A instituição do regime de previdência complementar na forma dos §§ 14 a 16 do art. 40 da Constituição Federal e a adequação do órgão ou entidade gestora do regime próprio de previdência social ao § 20 do art. 40 da Constituição Federal deverão ocorrer no prazo máximo de 2 (dois) anos da data de entrada em vigor da Emenda Constitucional n. 103/19.

e) Os recursos de regime próprio de previdência social não poderão ser aplicados na concessão de empréstimos.

79. A contagem recíproca do tempo de contribuição observará as seguintes normas, exceto:

a) é vedada a emissão de Certidão de Tempo de Contribuição (CTC) com o registro exclusivo de tempo de serviço, sem a comprovação de contribuição efetiva, exceto para o segurado empregado, empregado doméstico, trabalhador avulso e, a partir de 1º de abril de 2003, para o contribuinte individual que presta serviço a empresa obrigada a arrecadar a contribuição a seu cargo.

b) a CTC somente poderá ser emitida por regime próprio de previdência social para ex-servidor.

c) é vedada a contagem recíproca de tempo de contribuição do RGPS por regime próprio de previdência social sem a emissão da CTC correspondente, ainda que o tempo de contribuição referente ao RGPS tenha sido prestado pelo servidor público ao próprio ente instituidor.

d) admite-se a desaverbação de tempo em regime próprio de previdência social ainda que o tempo averbado tenha gerado a concessão de vantagens remuneratórias ao servidor público em atividade.

e) quando se fizerem necessárias correções na CTC, o tempo já averbado em um regime pode ser desaverbado, desde que não tenha gerado vantagens remuneratórias no regime de destino.

80. A propósito das alterações promovidas pela Emenda Constitucional n. 103/19, considere as seguintes proposições:

I - A aposentadoria concedida com a utilização de tempo de contribuição decorrente de cargo, emprego ou função pública, inclusive do Regime Geral de Previdência Social, acarretará o rompimento do vínculo que gerou o referido tempo de contribuição.

II - Aplica-se ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, ou de emprego público, o Regime Geral de Previdência Social.

III - Quando houver déficit atuarial, a contribuição ordinária dos aposentados e pensionistas do serviço público poderá incidir sobre o valor dos proventos de aposentadoria e de pensões que supere o salário-mínimo.

IV - A seguridade social observará a diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social.

Ante o exposto, pode-se afirmar que:

a) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.

b) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.

c) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.

d) Todas as assertivas estão corretas.

e) Todas as assertivas são falsas.

81. No que tange ao regime de previdência complementar destinado aos servidores públicos, assinale a alternativa correta:

- a) os planos de custeio e benefícios devem ser instituídos, pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, por meio de lei complementar.
- b) a norma constitucional impõe que os benefícios a serem pagos pelo regime de previdência complementar sejam estruturados exclusivamente na modalidade de benefício definido, permitindo ao participante projetar o valor da renda futura a ser recebida no momento de sua aposentadoria
- c) O ingresso em regime de previdência complementar é facultativo, mas, feita a opção pelo servidor, esta será irrevogável.
- d) Revela-se inconstitucional, por violação ao princípio da isonomia, cláusula de contrato de previdência complementar que estabeleça valor inferior do benefício para as mulheres, tendo em conta o seu menor tempo de contribuição.
- e) É constitucional a lei que inclui deputados estaduais dentre os beneficiários da previdência complementar de servidores, regime previsto pelo art. 40, §14 a §16 da CF/88.

82. Com relação ao regime próprio de previdência dos servidores de Goiás, pode-se afirmar que:

- a) o filho menor de 21 anos, capaz, não precisa comprovar a dependência econômica para ter acesso à pensão por morte do segurado.
- b) o menor tutelado, solteiro e não emancipado, que comprove dependência econômica para com o segurado, é dependente até os 21 anos de idade.
- c) O advento de novo casamento não retira, do cônjuge supérstite, o direito ao recebimento de pensão por morte.
- d) A pensão por morte concedida pelo RPPS de Goiás será vitalícia, caso o cônjuge supérstite tenha mais de 44 anos de idade.
- e) O servidor licenciado sem remuneração poderá manter a qualidade de segurado no RPPS de Goiás caso mantenha o recolhimento de suas contribuições previdenciárias, pelo alíquota de 14,25%.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Josias Barcelos

83. Acerca das provas no CPC, assinale a alternativa correta.

- a) A confissão é irrevogável, mas pode ser anulada se decorreu de erro de fato ou de coação.
- b) O terceiro, em relação a qualquer causa, incumbe informar ao juiz os fatos e as circunstâncias de que tenha conhecimento, porém, o juízo não poderá impor qualquer medida para efetiva informação.
- c) A parte, intimada a falar sobre documento constante dos autos, poderá suscitar sua falsidade, somente com a deflagração do incidente de arguição de falsidade.
- d) A utilização de documentos eletrônicos no processo convencional ocorrerá independentemente de conversão à forma impressa, na forma da lei.
- e) É considerada suspeita a testemunha que é parte na causa.

84. Assinale a alternativa que traz uma causa de extinção do processo sem resolução do mérito.

- a) por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 45 (quarenta e cinco) dias.
- b) homologar o reconhecimento do pedido formulado na ação.
- c) reconhecer a existência de conexão ou continência.
- d) acolher ou rejeitar o pedido formulado em reconvenção.
- e) acolher a alegação de existência de convenção de arbitragem.

85. Em instância extraordinária, o relator do processo constatou que o advogado subscritor do recurso especial não tinha procuração nos autos.

Considerando-se as disposições do CPC, o relator deve, nessa situação hipotética,

- a) deixar de conhecer do recurso especial.
- b) oportunizar a regularização da capacidade processual do recorrente.
- c) remeter o processo ao colegiado para decisão.
- d) oportunizar a regularização da representação processual.
- e) declarar o recurso inexistente.

86. Acerca do *amicus curiae*, assinale a alternativa correta.

- a) A decisão que admitir o *amicus curiae* desafia agravo de instrumento.
- b) O juiz ou a relator, na decisão que solicitar ou admitir a intervenção, não poderá definir os poderes do *amicus curiae*.
- c) O *amicus curiae* pode recorrer da decisão que julgar o incidente de resolução de demandas repetitivas.
- d) Caso o juiz ou relator admita o *amicus curiae* implicará, conforme o caso, em alteração de competência.
- e) Não se admite o *amicus curiae* de ofício.

87. Considere as assertivas a seguir sobre o juizado especial da fazenda pública.

- I. Não é competente para julgar as causas que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis.
- II. É competente para julgar as causas de divisão e demarcação.
- III. Os representantes judiciais dos réus presentes à audiência poderão conciliar, transigir ou desistir nos processos da competência dos Juizados Especiais, nos termos e nas hipóteses previstas na lei do respectivo ente da Federação.
- IV. É cabível o recurso especial das decisões da Turma Recursal.

É correto o que se afirma APENAS em

- a) II e IV.
- b) II e III.
- c) I e III.
- d) I e IV.
- e) III e IV.

88. Segundo o Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta sobre a reclamação.

- a) A inadmissibilidade ou o julgamento do recurso interposto contra a decisão proferida pelo órgão reclamado não prejudica a reclamação.
- b) Caso o beneficiário da decisão impugnada tenha interesse atuará como mero assistente simples.
- c) A Reclamação possui natureza de mero incidente processual, não admitindo o contraditório.
- d) Caso o Ministério Público não tenha formulado, o CPC dispõe que não é obrigatória a sua manifestação.
- e) Somente o interessado que fizer prova de seu direito na reclamação poderá impugnar o pedido do reclamante.

89. De acordo com o procedimento da Lei de Improbidade Administrativa, é correto afirmar

- a) Estando a inicial em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a citação do requerido, para oferecer manifestação por escrito, que poderá ser instruída com documentos e justificações, dentro do prazo de quinze dias.
- b) Segundo o entendimento do STJ, a indisponibilidade de bens somente será presumida no caso de atos ímprobos de enriquecimento ilícito.
- c) a decisão que receber a petição inicial desafia recurso de apelação, no prazo de dez dias.
- d) Havendo a possibilidade de solução consensual, poderão as partes requerer ao juiz a interrupção do prazo para a contestação, por prazo não superior a 90 (noventa) dias.
- e) a celebração de acordo de não persecução cível somente pode ser proposta pelo Ministério Público, por expressa disposição legal.

90. Na interposição de recurso extraordinário contra decisão decorrente de acórdão da Turma Recursal, em processo de juizado especial da Fazenda Pública, o ente público terá o prazo de

- a) 10 dias úteis.
- b) 30 dias úteis.
- c) 30 dias corridos.
- d) 15 dias úteis.
- e) 15 dias corridos.

91. Considere as assertivas a seguir sobre os incidentes de resolução de demandas repetitivas e incidente de assunção de competência.

I. Segundo expressamente dispõe o CPC, para efeitos de oposição de embargos de declaração, considera-se omissa a decisão que deixe de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento.

II. Nos dois incidentes, o elemento comum é a repetição de múltiplos processos.

III. O acórdão proferido em assunção de competência vinculará todos os juízes, órgãos fracionários e toda a administração pública.

IV. Nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência.

É correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) II e IV.
- e) I e IV.

92. Após decisão transitada em julgada de ação coletiva sob o rito ordinário, foi proposta por um cidadão o cumprimento de sentença, no juizado da fazenda pública, oriundo dessa demanda coletiva, cujo valor é inferior a 60 (sessenta) salários-mínimos.

Considerando a hipótese apresentada e a jurisprudência do STJ, assinale a alternativa correta

- a) É possível o cumprimento de sentença da ação coletiva nos juizados especiais da fazenda pública.
- b) Não se admite o cumprimento de sentença no juizado, mas é possível utilizar o rito sumaríssimo da Lei 12.153/09 ao juízo comum da execução.
- c) Não é possível propor nos juizados especiais da fazenda pública a execução de título executivo formado em ação coletiva que tramitou sob o rito ordinário.
- d) Admite o cumprimento de sentença no juizado, porém sob o rito ordinário.
- e) É possível o cumprimento de sentença no juizado, desde que se trate de direitos individuais homogêneos.

93. A respeito da representação em juízo, ativa e passivamente, é correto afirmar, **EXCETO**

- a) o Estado e o Distrito Federal serão representados por seus procuradores.
- b) o Município será representado por seu prefeito ou procurador.
- c) o espólio, pelo inventariante.
- d) a autarquia e a fundação de direito público, por quem a lei do ente federado designar.
- e) a sociedade e a associação irregulares e outros entes organizados sem personalidade jurídica, por seus diretores.

94. Sobre o incidente de desconconsideração de personalidade jurídica, é correto afirmar:

- a) Se a decisão for proferida pelo relator, cabe agravo de instrumento.
- b) O incidente será instaurado apenas a pedido da parte.
- c) Acolhido o pedido de desconconsideração, a alienação ou a oneração de bens, havida em fraude de execução, será ineficaz em relação ao requerente.
- d) O incidente de desconconsideração é cabível somente no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial.
- e) Após a instauração do incidente, o sócio ou a pessoa jurídica serão citados para manifestar e requerer as provas cabíveis no prazo de cinco dias.

95. Segundo o entendimento do STJ, sobre a intervenção do ente público em ações possessórias, assinale a alternativa correta.

- a) Não é admitida pela jurisprudência.
- b) É admitida a intervenção, porém, com restrição a matéria defensiva.
- c) Somente admite a intervenção a União e Estados ou Distrito Federal;
- d) É admitida a intervenção, podendo deduzir qualquer matéria defensiva, exceto o domínio;
- e) É admitida a intervenção, podendo deduzir qualquer matéria defensiva, inclusive, se for o caso, o domínio.

96. Sobre o pedido, assinale a alternativa correta.

- a) É lícito formular pedido genérico nas ações universais, se o autor não puder individuar os bens demandados.
- b) É lícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, mas o CPC exige a presença de conexão.
- c) É lícito formular mais de um pedido, alternativamente, a fim de que o juiz conheça do posterior, quando não acolher o anterior.

d) A interpretação do pedido considerará o conjunto da postulação e observará apenas o princípio da boa-fé subjetiva.

e) O autor poderá, até a citação, aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir, com consentimento do réu.

97. Sobre a intervenção de terceiros, assinale a alternativa correta.

a) O assistente simples atuará como auxiliar da parte principal, exercerá os mesmos poderes, mas não se sujeita aos mesmos ônus processuais que o assistido.

b) O STF, nas ações que versem a respeito de medicamentos, sob a responsabilidade solidária dos entes da federação, não admite o chamamento ao processo, já que configura medida meramente protelatória.

c) A assistência será admitida em qualquer procedimento e no primeiro grau de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre.

d) Feita a denúncia pelo autor, o denunciado poderá assumir a posição de litisconsorte do denunciante, vedado acrescentar novos argumentos à petição inicial, procedendo-se em seguida à citação do réu.

e) É admissível a denúncia da lide, promovida por qualquer das partes àquele que estiver obrigado, apenas por lei, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo de quem for vencido no processo.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Lucas Pessoa

98. Sobre a Justiça do Trabalho, assinale a alternativa correta.

- a) São órgãos da Justiça do Trabalho, o Tribunal Superior do Trabalho, as Juntas de Conciliação, os Tribunais Regionais do Trabalho e os Juízes do Trabalho.
- b) A lei criará varas da Justiça do Trabalho, podendo, nas comarcas não abrangidas por sua jurisdição, atribuí-la aos juízes de direito, com recurso para o respectivo Tribunal de Justiça.
- c) O Tribunal Superior do Trabalho será composto de, no mínimo, trinta e três ministros.
- d) Funcionará junto ao Tribunal Superior do Trabalho a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, cabendo-lhe, dentre outras funções, regulamentar os cursos oficiais para o ingresso e promoção na carreira.
- e) Os Tribunais Regionais do Trabalho compõem-se de, no mínimo, onze juízes.

99. Analise as assertivas abaixo:

- I - O valor do depósito recursal será reduzido pela metade para entidades sem fins lucrativos, empregadores domésticos, microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte, sendo isentos os beneficiários da justiça gratuita, as entidades filantrópicas e as empresas em recuperação judicial, bem como, por entendimento sumular adotado pelo Tribunal Superior do Trabalho, na falência.
- II - Segundo entendimento sumular adotado pelo Tribunal Superior do Trabalho, se uma das empresas condenadas solidariamente em obrigação de pagar postular no recurso sua exclusão da lide, o depósito recursal efetuado por outra empresa a aproveita, desde que as defesas opostas ao reclamante tenham sido comuns.
- III - Segundo entendimento sumular do Supremo Tribunal Federal, a inobservância da remessa de ofício (ou remessa necessária, ou recurso ex officio) implica impossibilidade de trânsito em julgado da sentença.

IV - A União, os Estados, os Municípios, o Distrito Federal e os Territórios sempre terão prazo em dobro para recorrer, bem como suas autarquias, fundações públicas e empresas públicas. O Ministério Público, seja como parte, seja como fiscal da ordem jurídica, também tem prazo dobrado para recorrer, bem como a Defensoria Pública Federal.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- b) Apenas a assertiva I está correta.
- c) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- e) Apenas a assertiva II está correta.

100. Em relação à competência da Justiça do Trabalho, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar ação possessória ajuizada em decorrência do exercício do direito de greve pelos trabalhadores da iniciativa privada.
- b) A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar ação ajuizada por empregado em face de empregador relativa ao cadastramento no Programa de Integração Social.
- c) A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar as ações que tenham como causa de pedir o descumprimento de normas trabalhistas relativas à segurança, higiene e saúde dos trabalhadores.
- d) A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar ação sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores.
- e) A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar os dissídios coletivos de greve, com exceção dos que envolvam servidores públicos estatutários; para processar e julgar esses dissídios, a competência será, conforme o caso, do STJ, de tribunal regional federal ou de tribunal de justiça.

Preencha seu Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-PGE-GO-25-09-21>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://bit.ly/Assinatura-ECJ>

5 CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
